

# COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

## REQUERIMENTO Nº , DE 2025

(Do Sr. CAPITÃO ALDEN)

Requer a Realização de Mesa-Redonda conjunta da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, no município de Ilhéus/BA, para tratar sobre a situação dos proprietários rurais do Extremo Sul da Bahia, cujas terras teriam sido invadidas por indígenas com indícios de violência, grave ameaça e tortura.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 24, XIII, c/c art. 255, *caput*, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e no art. 2º c/c o art. 3º, §1º, do Ato da Mesa nº 33, de 11 de abril de 2012, que seja realizada Mesa-Redonda conjunta da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, no município de Ilhéus/BA, para tratar sobre a situação dos proprietários rurais do Extremo Sul da Bahia, cujas terras teriam sido invadidas por indígenas com indícios de violência, grave ameaça e tortura.

Para essa Mesa-Redonda, sugiro os seguintes nomes:

- Representante do Ministério Público Federal.
- Representante do Ministério Público do Estado da Bahia.
- Representante da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Bahia.



- Representante da Polícia Militar do Estado da Bahia.
- Representante da Polícia Civil do Estado da Bahia.
- Representantes dos Produtores Rurais da Região.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição visa à realização de uma audiência pública conjunta entre a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, a ser realizada no município de Ilhéus, na Bahia. O objetivo é apurar e debater, com profundidade, a escalada de violência e insegurança vivenciada por produtores rurais do Extremo Sul baiano, que vêm sendo sistematicamente alvos de invasões violentas em suas propriedades, sob o pretexto de reivindicações fundiárias supostamente indígenas. O cenário atual exige uma resposta institucional robusta, responsável e transparente, capaz de restaurar o Estado de Direito e proteger a integridade física, moral e patrimonial dos cidadãos afetados.

Reportagens recentes evidenciam que tais invasões ultrapassam em muito o campo da disputa territorial. Há relatos graves de ações cometidas com emprego de armas de fogo, restrição da liberdade de trabalhadores, depredações, incêndios criminosos e até mesmo episódios de tortura física e psicológica contra produtores rurais e seus familiares. Conforme denúncia veiculada pela CNN Brasil<sup>1</sup>, a Polícia Civil da Bahia já realizou operações para investigar diversos crimes ocorridos em fazendas da região. A situação extrapola o conflito fundiário e configura-se como grave ameaça à ordem pública.

Além disso, conforme destaca a Revista Oeste<sup>2</sup>, as invasões não têm se limitado à região do Extremo Sul da Bahia, estendendo-se também ao Espírito Santo, o que revela uma ação orquestrada e preocupante. Há

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/nordeste/ba/ba-policia-faz-operacao-em-area-de-conflito-entre-indigenas-e-ruralistas/>. Acesso em: 15/04/2025.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://revistaoste.com/agronegocio/invasoes-de-terra-na-bahia-e-no-espirito-santo-preocupam-a-bancada-do-agro/>. Acesso em: 15/04/2025.



suspeitas fundamentadas, inclusive, de que algumas dessas invasões não estejam sendo promovidas por indígenas legítimos, mas por grupos oportunistas que se valem da narrativa indígena para cometer crimes e obter ganhos ilegais. Produtores denunciam a presença de pessoas alheias às comunidades originárias, o que agrava ainda mais a situação e exige rigorosa apuração por parte das autoridades.

Os prejuízos causados ao setor produtivo local já ultrapassam dezenas de milhões de reais, conforme matéria do Agrolink<sup>3</sup>, afetando diretamente o abastecimento, a geração de empregos e a arrecadação fiscal na região. Segundo entidades do setor agrícola, há um sentimento generalizado de abandono por parte do poder público, e os produtores temem novas ações criminosas diante da ausência de medidas eficazes. A insegurança jurídica e patrimonial instalada ameaça, de forma concreta, o desenvolvimento econômico do Sul da Bahia, que é reconhecidamente um importante polo agropecuário do estado.

Diante desse cenário, é fundamental a presença de representantes das principais instituições públicas com atuação no tema, como o Ministério Público da Bahia, autoridades da Polícia Federal no Estado da Bahia, o Comandante local da Polícia Militar baiana, além dos próprios produtores atingidos. A participação dessas autoridades e vítimas permitirá uma compreensão abrangente da realidade local, o compartilhamento de informações atualizadas e a construção de propostas de solução concretas, que restaurem a ordem e garantam justiça às famílias atingidas.

Por fim, a Mesa-Redonda proposta reforça o papel fiscalizador do Parlamento, especialmente no que tange à garantia dos direitos constitucionais à propriedade, à segurança e à dignidade da pessoa humana. Trata-se de iniciativa legítima e necessária diante da omissão do Executivo federal, que, ao se aproximar politicamente de movimentos responsáveis por tais atos, contribui para o agravamento dos conflitos. Cabe ao Congresso Nacional dar voz às vítimas e agir para que a lei prevaleça sobre o arbítrio e a violência.

<sup>3</sup> Disponível em: [https://www.agrolink.com.br/noticias/invasoes-de-terras-no-sul-da-bahia-geram-prejuizos-milionarios-e-clima-de-inseguranca\\_500371.html](https://www.agrolink.com.br/noticias/invasoes-de-terras-no-sul-da-bahia-geram-prejuizos-milionarios-e-clima-de-inseguranca_500371.html). Acesso em: 15/04/2025.



Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado CAPITÃO ALDEN

